

LOCALIZAÇÃO, ESPECIALIZAÇÃO E CONCENTRAÇÃO DAS ATIVIDADES PRODUTIVAS NO MATO GROSSO DO SUL ENTRE 1980 E 2010

<http://dx.doi.org/10.21527/2237-6453.2024.60.14117>

Submetido em: 6/3/2023

Aceito em: 18/9/2023

Publicado em: 07/02/2024

Vilmar Nogueira Duarte¹, Lucir Reinaldo Alves²

RESUMO

O objetivo deste estudo foi o de analisar a localização, especialização e concentração das atividades produtivas no Mato Grosso do Sul entre 1980 e 2010. Utilizou-se da regionalização de Áreas Mínimas Comparáveis (AMCs) para que fosse possível fazer comparações espaciais intertemporais no período e estimou-se o Quociente Locacional (QL) para verificar as mudanças espaciais de concentração e especialização. Os resultados mostram que as atividades agropecuárias foram as mais difundidas espacialmente no Mato Grosso do Sul, com as AMCs de Campo Grande, Corumbá, Douradina e Selvíria apresentando as estruturas produtivas mais diversificadas. Por fim, a conclusão foi de que houve concentração das atividades econômicas no período estudado, principalmente nas AMCs localizadas nos polos industriais.

Palavras-chave: dinâmica produtiva; concentração econômica; áreas mínimas comparáveis; quociente locacional.

LOCATION, SPECIALIZATION AND CONCENTRATION OF PRODUCTIVE ACTIVITIES IN MATO GROSSO DO SUL BETWEEN 1980 AND 2010

ABSTRACT

The objective of this study was to analyze the location, specialization and concentration of productive activities in Mato Grosso do Sul between 1980 and 2010. The regionalization of Minimum Comparable Areas (AMCs) was used so that it was possible to make intertemporal spatial comparisons in the period and the Locational Quotient (QL) was estimated to verify the spatial changes of concentration and specialization. The results show that agricultural activities were the most widespread spatially in Mato Grosso do Sul, with the AMCs of Campo Grande, Corumbá, Douradina and Selvíria presenting the most diversified productive structures. Finally, the conclusion was that there was a concentration of economic activities in the studied period, mainly in the AMCs located in the industrial poles.

Keywords: productive dynamics; economic concentration; comparable minimum areas; locational quotient.

¹ Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – Uems. Ponta Porã/MS, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-8989-6012>

² Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste. Toledo/PR, Brasil. <https://orcid.org/0000-0001-5703-623X>

INTRODUÇÃO

Com a criação do Estado de Mato Grosso Sul, em 1979, aumentou-se a perspectiva de transformá-lo em um novo “Eldorado Econômico”, por conta de suas potencialidades e aptidões diversas (Mato Grosso do Sul, 2015). A partir de então, as políticas públicas destinadas à região começaram a ser introduzidas nas áreas menos dinâmicas e tinham como prioridade viabilizar a integração dos espaços configurados como “vazios econômicos e demográficos”. As intervenções estatais tinham como objetivo dotar o MS de infraestrutura básica (transporte, comunicações, energia, etc.), e também capitalizar (através de incentivos fiscais e distribuição de terras) os empreendedores e empresas que pretendiam se instalar no Estado.

Estas, porém, não foram as primeiras tentativas de desenvolver a economia sul-mato-grossense. A decisão do governo federal de criar o Estatuto da Terra e o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) ainda nos anos 1960, assim como o Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Prodoeste), em 1971, o Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Centro-Oeste (Pladesco), em 1973, o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (Polocentro), em 1975, o Programa Especial de Desenvolvimento do Pantanal (Prodeplan), que funcionou de 1974 a 1978 e o Programa de Desenvolvimento da Grande Dourados (Prodegran), em 1976, já sinalizava a intenção do governo federal em melhorar a dinâmica econômica da região (Abreu, 2001; Terra, 2006; Santos; Missio, 2020).

No âmbito estadual, as ações estatais concentraram-se em iniciativas para desenvolver o parque industrial. A primeira iniciativa teve início com a criação da Lei Estadual nº 440, de 1984, que incentivou diversos projetos industriais e demonstrou a disposição do governo estadual em discutir um modelo de industrialização que contemplasse os diferentes espaços do território sul-mato-grossense. Na sequência foi criada a Lei nº 701, que incentivou 125 projetos, e a Lei nº 1.239, que abriu caminho para mais 71 empreendimentos produtivos. Essas iniciativas fizeram com que várias unidades agroindustriais se instalassem no território do MS, gerando emprego e renda e arrecadação fiscal para o Estado (Zamberlan *et al.*, 2010).

A partir dos anos 2000, com a criação da Lei nº 93 de 2001 (MS Empreendedor), o Governo do MS intensificou ainda mais as ações para atrair indústrias e agregar maior valor à produção. A concessão de incentivos fiscais, juntamente com a cooperação dos governos municipais, doando terrenos e outros benefícios exigidos pelas indústrias, foram ações que incentivaram a instalação de novos empreendimentos produtivos no território sul-mato-grossense (Gomes; Lamoso, 2016). Tais iniciativas visavam a diversificar a base econômica estadual, até então focada apenas no setor primário (Mato Grosso do Sul, 2015).

Diante desse contexto, aos poucos foi constituindo-se o parque industrial sul-mato-grossense. Até 2010 eram quatro polos em fase de expansão e consolidação que estavam assim distribuídos: polo de Campo Grande, polo de Dourados, polo de Três Lagoas e polo de Corumbá (Mato Grosso do Sul, 2015). A criação desses polos passou a exercer forte influência sobre o desenvolvimento das regiões periféricas, e ao promover a expansão das atividades urbano-industriais, aumentou a extensão dos vazios demográficos, principalmente nas áreas rurais, em decorrência do êxodo rural que se intensificou com a modernização da agricultura.

Dado este cenário de intensas transformações ocorridas nas estruturas produtivas das economias regionais, que culminou com uma intensa reorganização espacial das atividades

econômicas nas regiões, aqui entendidas como Áreas Mínimas Comparáveis (AMCs), a hipótese deste estudo é de que houve aumento da concentração e da especialização produtiva no MS ao longo do período estudado. Assim, compreender e analisar estas transformações justifica-se por possibilitar um diagnóstico mais preciso e real das mudanças ocorridas nas estruturas produtivas da economia sul-mato-grossense, auxiliando as lideranças locais nas tomadas de decisão, assim como na criação de políticas públicas adequadas às necessidades de cada região.

Diante do exposto, o objetivo deste artigo foi o de analisar a localização, especialização e concentração das atividades produtivas no Estado de Mato Grosso do Sul, destacando as mudanças ocorridas no padrão espacial entre 1980 e 2010. A pesquisa foi realizada por meio da estimação do Quociente Locacional (QL) de cada subsetor de atividade econômica das AMCs estudadas. A variável utilizada foi a Mão de Obra Ocupada (MO) com dados extraídos da base de dados do IBGE. O período foi escolhido por coincidir com os anos dos censos demográficos.

O artigo está dividido em cinco seções. Além desta introdutória, o tópico seguinte apresenta a revisão bibliográfica, destacando os aspectos teóricos do desenvolvimento regional, assim como os planos e programas de desenvolvimento estabelecidos no Mato Grosso do Sul. A terceira seção descreve os aspectos metodológicos utilizados, destacando a área de abrangência do estudo (MS), a regionalização (AMCs), o indicador (QL), a variável (MO) e os subsetores econômicos utilizados na análise. A quarta seção apresenta os padrões de localização, especialização e concentração das atividades produtivas no Mato Grosso do Sul. Por fim, na quinta seção são tecidas as considerações finais seguidas das referências bibliográficas empregadas na pesquisa.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Aspectos Teóricos do Desenvolvimento Regional

A noção de desenvolvimento regional tem sido bastante debatida no âmbito acadêmico. Para Oliveira (2021), os estudos de base regional tiveram mais destaque após a Segunda Guerra Mundial. A partir daquele momento, o debate deixou de limitar-se apenas ao crescimento do PIB *per capita*, incorporando, também, a dimensão social (qualidade de vida e bem-estar humano). Segundo o autor, a definição de desenvolvimento regional é, em si, multi e interdisciplinar, cuja concepção é datada do início dos anos 1960, a partir dos estudos realizados por Perroux em 1955.

A partir de então, o desenvolvimento passou a ser visto como uma mudança social e mental que conduzia ao crescimento econômico e à melhorias nas condições de vida da população (Perroux, 1955). Nesse caso, desenvolvimento é o crescimento econômico satisfazendo as necessidades da população, como saúde, educação, alimentação, cultura, entre outros. Assim, as características populacionais, econômicas, políticas, sociais, bem como o seu processo histórico de produção e consumo, é que transformam as estruturas produtivas de uma região, promovendo o crescimento e, conseqüentemente, o desenvolvimento econômico (Oliveira, 2021). Para Alves (2022), a ideia de desenvolvimento é aquela que contempla a capacidade não somente de melhorar os padrões de vida da população regional, mas, também, de tornar a região mais competitiva e inovadora, mantendo o seu dinamismo econômico ao longo do tempo.

Sendo assim, fica claro que o desenvolvimento sustentável de um país ou região só é possível a partir do crescimento econômico, pois não há desenvolvimento se não tiver quem o financie. De acordo com Rippel (2005/2022), o crescimento e o desenvolvimento são processos complementares, em que o crescimento é condição necessária para o desenvolvimento. Haddad (2009) esclarece que o desenvolvimento sustentável pressupõe ainda um processo de inclusão social com geração de oportunidades e opções para as pessoas. Segundo o autor, além de empregos de melhor qualidade e de rendas mais elevadas, é preciso que as pessoas desfrutem de uma vida longa e saudável e tenham acesso aos recursos necessários a um padrão de vida decente.

Duarte (2022 p. 55) define desenvolvimento regional como sendo:

Um processo de ampliação contínua da capacidade de produzir e de agregar valor à produção, bem como da capacidade de retenção do excedente econômico gerado na economia regional e/ou de atração de excedentes provenientes de outras regiões, sustentado pelo seu potencial de expansão nos planos econômico, social e ecológico, cujo desdobramento é o aumento do emprego e da renda e melhoria qualitativa das condições de vida, tanto no aspecto produtivo quanto de bem-estar social.

Pela definição, percebe-se que o desenvolvimento regional abrange, além das questões econômicas, também as questões relacionadas aos aspectos sociais e ambientais, considerados indispensáveis para assegurar o bem-estar da população. Essa definição coloca o indivíduo no centro das atenções e, portanto, qualquer ação que busque diminuir as desigualdades regionais obrigatoriamente terá de diminuir as desigualdades em termos de bem-estar social.

Para Haddad (2009), a promoção do desenvolvimento regional deve estar baseada, sobretudo, na formulação de políticas, programas e projetos concebidos e executados a partir do engajamento das comunidades locais, cabendo às agências e instituições governamentais o papel de parceiras nesse processo. Nesse caso, o Estado desempenha um papel fundamental na promoção do desenvolvimento, pois é ele quem coloca em marcha uma série de políticas públicas, como é o caso das políticas de investimentos em infraestrutura e de incentivos fiscais e setoriais.

Planos e Programas de Desenvolvimento Implementados no Mato Grosso do Sul

Como percebe-se, o Estado desempenha um papel importante no processo de desenvolvimento das economias regionais. No Centro-Oeste e, especialmente, no Mato Grosso do Sul, o governo federal executou diversos planos e programas de desenvolvimento. As primeiras intenções do governo federal em ampliar o crescimento e o desenvolvimento econômico nessa região iniciaram antes da criação do Estado do MS em 1979, com a criação de planos e programas, dentre os quais destacam-se: o Prodoeste (1971), o Pladesco (1973), o Polocentro (1975), o Prodeplan (vigente de 1974 a 1978), e o Prodegran (1976), os quais são detalhados no Quadro 1.

Quadro 1 – Planos e programas federais de desenvolvimento instituídos no Mato Grosso do Sul

Programa/Ano	Objetivo
Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Prodoeste), 1971	Ampliar a malha rodoviária regional, integrando o Centro-Oeste às Regiões Sudeste e Sul do país. No território onde hoje é o MS, os trechos rodoviários prioritários foram: BR-163, trecho Rondonópolis (MT)-Campo Grande-Dourados (MS); BR-262, trecho Campo Grande-Aquidauana-Corumbá (MS); e BR-376, trecho Dourados (MS)-Paranavaí (PR). Como consequência, a produção exportável do Mato Grosso do Sul ficou mais acessível aos portos de Santos e Paranaguá. O Prodoeste também destinou recursos para a construção de silos, armazéns, usinas e frigoríficos, assim como obras de saneamento e recuperação de terras.
Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Centro-Oeste (Pladesco), 1973	Abertura de vias para escoamento da produção, melhoria nas condições de habitação nos núcleos urbanos de grande porte e nas aglomerações urbanas em formação, melhoria nas redes de energia e armazenagem, entre outros. Aumentar o coeficiente médio de utilização da força de trabalho na região e elevar o PIB regional em relação ao PIB nacional. No espaço geográfico do MS, o Pladesco buscou aperfeiçoar a pecuária e expandir as lavouras de soja e trigo, assim como o processamento desses produtos.
Programa Especial de Desenvolvimento do Pantanal (Prodeplan), 1974 a 1978	Melhorar a integração regional por meio da construção de rodovias, como a Transpantaneira, que ligaria Cuiabá-Corumbá, assim como o asfaltamento do trecho entre Aquidauana-Corumbá, além da construção de pontes, armazéns, frigoríficos e outros, visando a dotar o Pantanal de condições adequadas para inserir a região no cenário econômico nacional. Também foram destinados investimentos para o desenvolvimento do ramo pecuário, principalmente para melhoria das pastagens, das técnicas de defesa sanitária e introdução de tecnologia adequada de manejo pecuário, além de assistência técnica ao produtor.
Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (Polocentro), 1975	Incorporar áreas do cerrado ao processo produtivo, através do desenvolvimento e modernização das atividades primárias e agroindustriais, visando à ampliação da produção para o abastecimento interno e para exportação, bem como para o estoque de regulação. Investimentos em armazenamento, energia e transporte. Mais precisamente no MS, os recursos destinavam-se ao melhoramento da BR-262 entre Campo Grande e Três Lagoas e dos trechos entre Três Lagoas e Bataguassu da rodovia MT 428. Também estava previsto aporte financeiro para a construção de estradas rurais, redes de energia e outros.
Programa de Desenvolvimento da Grande Dourados (Prodegran), 1976	Fortalecer as atividades produtivas e a aptidão regional para exportação de produtos agrícolas e agroindustriais, incorporando lavouras ao sistema agrícola regional, ampliando a infraestrutura de armazenamento, a construção de estradas vicinais e a rede de transmissão de energia. Assim, a modernização da estrutura produtiva sul-mato-grossense promoveu uma expansão acentuada da agropecuária estadual na área de abrangência do programa, integrando-a às demais regiões do país, fornecendo grãos e produtos pecuários para exportação. Vale destacar, no âmbito desse programa, o relevante apoio técnico fornecido pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

Fonte: Abreu (2001), Terra (2006), Santos; Missio (2020).

Com a criação do Estado do MS teve início as tentativas para desenvolver o parque industrial sul-mato-grossense por meio de políticas industriais caracterizadas por incentivos fiscais. Do ponto de vista geográfico, os incentivos fiscais são, além de políticas industriais, políticas territoriais, uma vez que exercem força de concentração e/ou desconcentração das atividades econômicas, sendo as principais iniciativas estaduais sumarizadas no Quadro 2.

As políticas de incentivo à industrialização instituídas no MS de 2001 a 2013 obedeceram a uma certa regionalização. De um total de 289 projetos executados no Mato Grosso do Sul no período, com o fomento advindo da lei de incentivos à industrialização, 103 estavam localizados em Campo Grande, 41 em Três Lagoas e 19 em Dourados, o que contribuiu para a concentração produtiva em pontos específicos do MS, gerando emprego e renda para a população (Ribeiro da Silva, 2016).

Quadro 2 – Planos e programas estaduais de desenvolvimento instituídos no Mato Grosso do Sul

Lei/Programa/Ano	Objetivo
Lei nº 440/1984	Incentivou a implantação de diversos projetos industriais no MS
Lei nº 701/1987	Incentivou 125 projetos
Lei nº 1.239/1991	Abriu caminho para mais 71
Lei nº 93/2001	Criou o Programa Estadual de Fomento à industrialização, ao Trabalho, ao Emprego e a Renda (MS-Empreendedor), sob o comando do então governados José Orcírio (1999-2006), vigente até 2016. Com a instituição desse Programa, a política de isenção de ICMS foi padronizada com a alíquota de 67%, podendo ser alterada pelo governo estadual. Dentre os objetivos do Programa estavam: o adensamento das cadeias produtivas, qualificação de mão de obra, geração de emprego, incentivos a P&D, entre outros
Lei nº 4.049/2011	Criou o Programa Estadual de Desenvolvimento Industrial MS Forte-Indústria (MS-FORTE). O Programa manteve os incentivos fiscais vigentes até então, porém propôs uma classificação para a estratégia de desenvolvimento da indústria, identificando os empreendimentos de interesse prioritário e adicional. Os benefícios fiscais do Programa equivalem a 67%, deduzido o saldo devedor do ICMS apurado sobre as operações do empreendimento realizadas no processo de industrialização de produtos por um prazo de 15 anos
Decreto nº 14.090/2014	Instituiu, no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul, o Programa Fomentar Fronteiras, com a finalidade de incentivar o comércio atacadista na região de fronteira internacional do Estado com o Paraguai, por meio de estabelecimento comercial atacadista e, excepcionalmente, por intermédio de estabelecimento industriais mediante a concessão de benefícios. A abrangência do Programa compreendia exclusivamente as operações de importação realizadas diretamente do Paraguai de produtos acabados comprovadamente industrializados naquele país, bem como com as operações interestaduais com esses produtos subsequentes às de importação

Fonte: Zamberlan *et al.* (2010), Ribeiro da Silva (2016), Mato Grosso do Sul (2014).

Outros incentivos (concessão de terrenos pelas prefeituras, isenção de Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU –, melhorias das vias de acesso e escoamento da produção, disponibilidade de energia e gás natural, redes de fibra ótica de internet, qualificação de mão de obra, etc.) foram estratégias que também impulsionaram o processo de industrialização no Estado, colaborando para a concentração estadual das atividades econômicas, criando polos produtivos específicos (Ribeiro da Silva, 2016). A criação desses polos diversificou a base econômica estadual, impulsionando as atividades dos setores secundário e terciário.

Como resultado, pode-se afirmar que a região que atualmente é o Estado de Mato Grosso do Sul experimentou importantes transformações em sua economia com aumento da área plantada, principalmente de soja, milho e cana-de-açúcar, e no melhoramento e aumento da

bovinocultura de corte. Juntamente com o desenvolvimento da agropecuária, houve expansão da agroindústria sucroalcooleira e do setor industrial como um todo, difundindo outros ramos produtivos no espaço urbano, essencialmente as atividades de comércio e serviços. Para Vieira (2012), foi por meio dos incentivos fiscais que o MS buscou a excelência em setores estratégicos de maior valor agregado, sobretudo nas cadeias produtivas de maior potencial econômico.

Em suma, pode-se afirmar que tanto os planos e programas de desenvolvimento instituídos pelo governo federal, assim como as políticas de isenção tributária e de concessões e incentivos à indústria adotadas no Mato Grosso do Sul, foram fundamentais para alavancar a economia do Estado. A regionalização, contudo, de algumas políticas, por exemplo as relacionadas à lei de incentivo à industrialização, foram mais concentradas espacialmente, beneficiando regiões específicas.

Dado esse contexto, na sequência são caracterizados os elementos metodológicos utilizados para a análise da localização e da concentração das atividades produtivas no Estado do MS.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

A área de abrangência da pesquisa foi o Estado de Mato Grosso do Sul, localizado no sul da Região Centro-Oeste do Brasil, instalado em 1º de janeiro de 1979. A regionalização utilizada foram as Áreas Mínimas Comparáveis (AMCs), empregadas na análise regional para contornar os problemas decorrentes das transformações territoriais associadas à criação e/ou fusão de municípios no território nacional (Reis *et al.*, 2011; Cavalcanti, 2013). Esse procedimento permitiu analisar a evolução das AMCs (Figura 1) no que se refere à distribuição dos setores produtivos no território do MS por meio da evolução da mão de obra ocupada.

A escolha do período deu-se por coincidir com os anos censitários do IBGE. Os ramos de atividade econômica analisados seguiram a divisão proposta pelo IBGE (25 subsetores), conforme mostra o Quadro 3.

Quadro 3 – Setores e subsetores de atividade econômica definidos pelo IBGE³

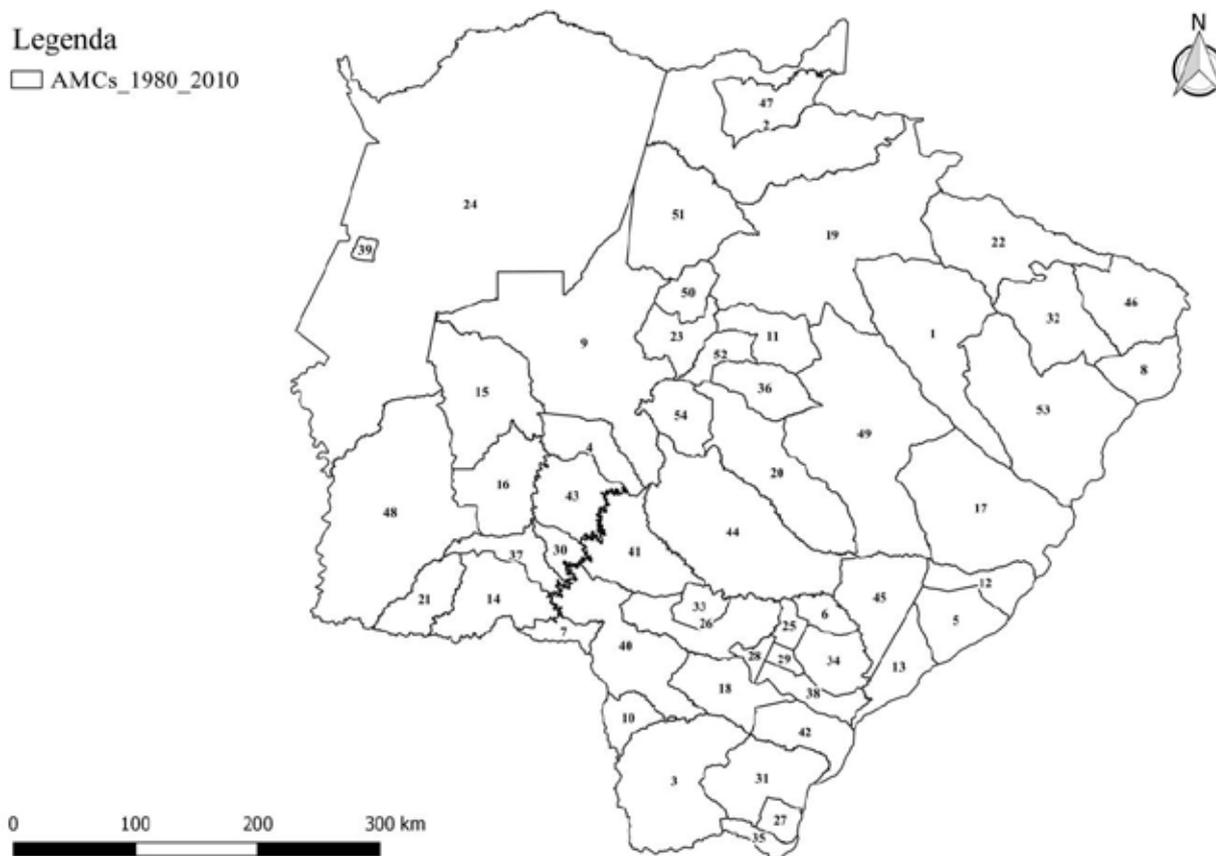
Setores	Subsetores
Secundário	01. Extração Mineral; 02. Produção de Minerais não Metálicos; 03. Indústria Metalúrgica; 04. Indústria Mecânica; 05. Elétrico e Comunicações; 06. Material de Transporte; 07. Madeira e Mobiliário; 08. Papel e Gráfica; 09. Borracha, Fumo e Couro; 10. Indústria Química; 11. Indústria Têxtil; 12. Indústria de Calçados; 13. Alimentos e Bebidas; 14. Serviços de Utilidade Pública; 15. Construção Civil.
Terciário	16. Comércio Varejista; 17. Comércio Atacadista; 18. Instituições Financeiras; 19. ADM Técnica Profissional; 20. Transporte e Comunicações; 21. Alojamento e Comunicações; 22. Médico, Odontológico e Veterinário; 23. Ensino; 24. Administração Pública.
Primário	25. Agropecuária.

Fonte: Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE (IBGE, 2022).

³ Para este estudo foram feitas três alterações nos subsetores do IBGE: a primeira foi a junção das atividades de Comércio Atacadista e Comércio Varejista, que passaram a ser denominadas de Comércio Atacadista e Varejista; a segunda foi de nomenclatura, com a Agricultura passando a ser denominada Agropecuária; e a terceira foi a inclusão das Atividades Mal-Definidas no grupo de atividades analisadas.

A variável-base utilizada na análise foi a “Mão de Obra Ocupada (MO)” por subsetor. O uso dessa variável justifica-se pelo fato de presumir que quanto mais dinâmica for a economia da AMC em análise, maior é sua capacidade de investimento e, conseqüentemente, de alocar mão de obra ao longo do tempo. Seu emprego também se justifica por se tratar de uma variável que apresenta pouca possibilidade de enviesar os resultados, além de abranger o maior número de subsetores possíveis (Piffer, 2009; Alves, 2012; Oliveira *et al.*, 2018).

Figura 1 – Áreas Mínimas Comparáveis (AMCs) do Mato Grosso do Sul – 1980/2010



Áreas Mínimas Comparáveis		
1. Água Clara	19. Camapuã	37. Jardim
2. Alcinoópolis	20. Campo Grande	38. Jatei
3. Amambai	21. Caracol	39. Ladário
4. Anastácio	22. Cassilândia	40. Laguna Carapã
5. Anaurilândia	23. Corguinho	41. Maracaju
6. Angélica	24. Corumbá	42. Naviraí
7. Antônio João	25. Deodápolis	43. Nioaque
8. Aparecida do Taboado	26. Douradina	44. Nova Alvorada do Sul
9. Aquidauana	27. Eldorado	45. Nova Andradina
10. Aral Moreira	28. Fátima do Sul	46. Paranaíba
11. Bandeirantes	29. Glória de Dourados	47. Pedro Gomes
12. Bataguassu	30. Guia Lopes da Laguna	48. Porto Murtinho
13. Batayporã	31. Iguatemi	49. Ribas do Rio Pardo
14. Bela Vista	32. Inocência	50. Rio Negro
15. Bodoquena	33. Itaporã	51. Rio Verde de Mato Grosso
16. Bonito	34. Ivinhema	52. Rochedo
17. Brasilândia	35. Japorã	53. Selvíria
18. Caarapó	36. Jaraguari	54. Terenos

Fonte: Elaborada pelos autores (2022).

Calculou-se o Quociente Locacional (QL) para identificar o padrão de localização e especialização das AMCs do MS. O QL mostra o comportamento locacional dos ramos de atividade econômica e indica os subsetores mais importantes ou especializados das diferentes AMCs analisadas, comparando-as a uma macrorregião de referência, que, para este estudo, foi o Estado de Mato Grosso do Sul. A fórmula utilizada para o cálculo foi a seguinte (Ferrera de Lima *et al.*, 2007; Alves, 2012; Coelho Junior *et al.*, 2020, Alves, 2022):

$$QL_{ij} = \frac{MO_{ij}/MO_{it}}{MO_{tj}/MO_{tt}} \quad (01)$$

Em que: MO_{ij} é a mão de obra ocupada no subsetor i da AMC j ; MO_{it} é a mão de obra ocupada no subsetor i do estado de Mato Grosso do Sul; MO_{tj} é a mão de obra total ocupada na AMC j ; MO_{tt} é a mão de obra total ocupadas no estado de Mato Grosso do Sul. Alves (2012, 2022) esclarece que o QL traduz a importância que um determinado setor de atividade econômica assume em uma região, na comparação com uma dada macrorregião de referência, que pode ser um estado, um país ou outro. $QL > 1$ indica que a AMC j está mais especializada no subsetor i do que o conjunto de todas as AMCs em análise, significando que esse subsetor, além de atender à demanda local, gera excedentes para exportação para outras regiões do país ou do exterior. Por outro lado, $QL < 1$ indica que a AMC em questão está menos especializada no subsetor i do que o conjunto de todas as AMCs do Estado.

A partir desta metodologia foram analisados os padrões de localização e de concentração das atividades produtivas no Estado do Mato Grosso do Sul, conforme exposto na seção seguinte.

PADRÕES DE LOCALIZAÇÃO E DE CONCENTRAÇÃO DAS ATIVIDADES PRODUTIVAS NO MATO GROSSO DO SUL

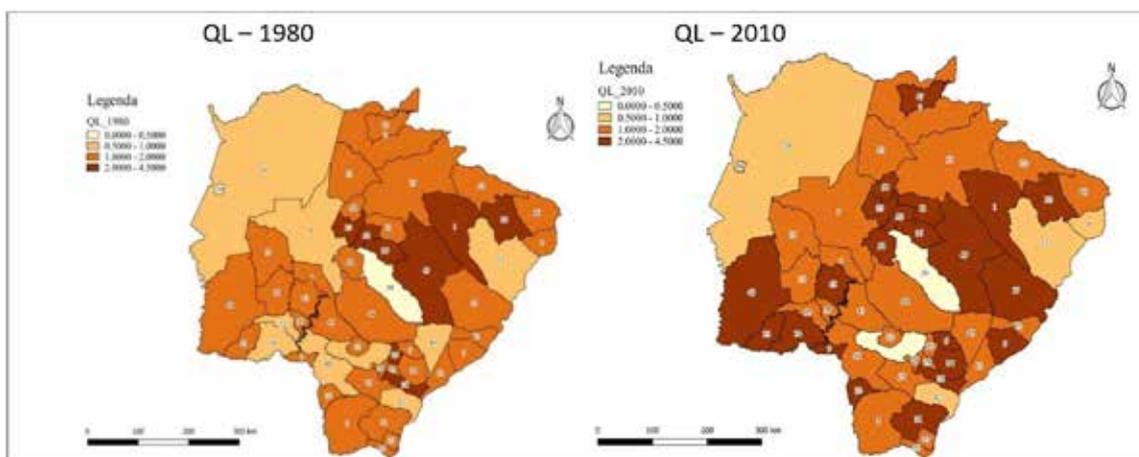
Ao analisar o setor primário (atividades agropecuárias) percebe-se que o número de pessoas ocupadas do MS sofreu oscilações, passando de 180.333 ocupações em 1980 para 177.572 em 1991, 164.764 em 2000, e 184.608 em 2010. Em 1980 as principais lavouras, como milho, soja e cana-de-açúcar, alocavam 11.755, 16.613 e 1.905 pessoas, respectivamente, enquanto as atividades ligadas à pecuária somavam 60.983 ocupações. As atividades mal-definidas tanto na agricultura quanto na pecuária totalizavam 24.787 pessoas ocupadas. As ocupações exclusivas das lavouras de milho, soja, cana-de-açúcar e atividades ligadas à pecuária representavam 50,60% do total de ocupações do setor primário no referido ano (IBGE, 2022).

Ao longo do tempo, tendo em vista as mudanças de ordem técnica e tecnológica ocorridas no meio rural, houve redução da mão de obra ocupada em algumas culturas agrícolas, principalmente nas produzidas em grande escala. Em 2010 as lavouras de milho passaram a ocupar 2.967 pessoas, as de soja 5.230 e as de cana-de-açúcar 6.744 pessoas. As ocupações na pecuária, principalmente as ligadas à criação de bovinos, totalizaram 41.759 pessoas. Já as atividades sem especificação definida na agricultura e na pecuária somaram 61.410 pessoas. As ocupações exclusivas nas lavouras de milho, soja, cana-de-açúcar e atividades ligadas à pecuária representaram 30,71% do total da agropecuária em 2010 (IBGE, 2022).

Pela Figura 2 percebe-se que a agropecuária apresentou especialização crescente ao longo do período analisado. Em 1980 eram 43 AMCs com $QL > 1$ e 8 com $QL > 2$, passando, em

2010, para 47 AMCs com $QL > 1$ e 22 com $QL > 2$. Nota-se, ainda, que apenas a AMC de Campo Grande apresentou especialização considerada fraca (QL entre 0 e 0,5) nos anos analisados. A AMC de Douradina também apresentou $QL < 1$ para as atividades agropecuárias no período em análise, sendo este menor que 0,5 para o ano de 2010. Vale ressaltar que a AMC de Douradina é uma importante produtora de soja, milho e cana-de-açúcar, tendo produzido, em 2010, 467.400 toneladas de soja, 273.960 toneladas de milho e 1.625.175 toneladas de cana-de-açúcar, o que representou 8,75%, 7,24% e 4,67%, respectivamente, da produção estadual (Mato Grosso do Sul, 2022).

Figura 2 – QL das atividades agropecuárias por AMC do MS – 1980/2010



Fonte: Resultados da pesquisa (2022).

O fato de Douradina ter apresentado $QL < 1$ nos anos analisados, mesmo sendo uma importante produtora de soja, milho e cana-de-açúcar, explica-se por se tratar de uma AMC que apresenta elevada participação dos setores secundário e terciário na composição do PIB de sua economia, principalmente deste último, que foi de 76,71% em 2019, impulsionado pela elevada taxa de urbanização que era de 91,50% em 2010 (Ipeadata, 2022). Como a produção da AMC está centralizada na cidade de Dourados, uma das mais importantes na hierarquia urbana do Estado, onde os setores secundário e terciário estão mais presentes, faz sentido um $QL < 1$ na agropecuária, tendo em vista a menor proporção de mão de obra ocupada.

Outro fator que ajuda explicar o baixo QL do setor primário na AMC de Douradina é a composição de sua agricultura, em que predominam milho, soja e cana-de-açúcar, os quais, nas últimas décadas, passaram a incorporar tecnologias de última geração e que, desde então, são poupadores de mão de obra. Para Vieira Filho (2014), a capacidade dos agricultores de incorporar as inovações de ordem química, mecânica e técnica favoreceu a modernização do setor primário. Vieira Filho e Fishlow (2017) acrescentam que as políticas de crédito, criadas para a aquisição de máquinas e implementos agrícolas, foram determinantes para a expansão do setor, com grande impacto sobre a mão de obra ocupada e na produtividade.

Além disso, a AMC de Douradina tem pouca representatividade nas atividades agropecuárias mais intensivas em mão de obra (menos de 1% da produção estadual de bovinos em 2010), fazendo com que o QL agropecuário fique dependente das atividades agrícolas, justificando a não especialização do setor primário. O mesmo acontece com a AMC de Corumbá, que,

apesar de ser a maior produtora de bovinos do Estado (8,63% da produção estadual em 2010), não tem representatividade nas demais atividades primárias, fazendo com que esta AMC se apresente como não especializada. Vale lembrar que as AMCs localizadas no Pantanal, além de enfrentar problemas com as cheias no período de chuvas, ainda sofrem restrições decorrentes de normas ambientais que limitam a produção agrícola naquela região.

As AMCs com a maior produção de milho no ano de 1980 foram: Douradina, Japorã e Paranaíba, cuja produção foi de 46.777 toneladas, significando aproximadamente 25% da produção estadual. A produção de soja concentrou-se nas AMCs de Laguna Carapã, Douradina e Maracaju, que produziram, juntas, 563.716 toneladas, representando 42,63% da produção total do Estado. Já a produção de cana-de-açúcar foi mais expressiva nas AMCs de Nova Alvorada do Sul e Pedro Gomes, que somaram 560.866 toneladas produzidas, o que representou 92,43% da produção do MS. As AMCs mais representativas em termos de produção de bovinos foram: Corumbá, Amambai e Paranaíba, com produção de 2.577.052 cabeças, significando 21,64% do rebanho estadual no referido ano (Mato Grosso do Sul, 2022).

Em 2010 as AMCs com maior volume de produção de milho foram Nova Alvorada do Sul, Maracaju e Camapuã, com produção de 1.661.904 toneladas, somando 43,93% da produção do MS. Na cultura da soja as AMCs maiores produtoras foram Nova Alvorada do Sul, Laguna Carapã e Camapuã, com 2.087.349 toneladas produzidas, participando com 39% da produção do Estado. Na produção de cana-de-açúcar destacou-se a AMC de Nova Alvorada do Sul, a qual produziu 11.016.276 toneladas, concentrando 31,65% da produção total do MS. Por fim, as AMCs com o maior rebanho bovino foram Corumbá, Camapuã e Ribas do Rio Pardo, cujo número de animais somou 4.388.318 cabeças, representando 19,63% do efetivo bovino estadual no referido ano (Mato Grosso do Sul, 2022).

De qualquer forma, percebe-se que nem todas as AMCs que se destacaram na produção agropecuária apresentaram QL acima de um, nem em 1980 tampouco em 2010. Nesse caso, além de o setor primário, no geral, ser caracterizado pela sazonalidade da produção, o que dificulta a alocação de mão de obra permanente, como destaca Paiva (2013), trata-se ainda de um segmento onde a escala de produção é determinante para a viabilidade econômica da atividade. Como a escala produtiva somente é viável por meio do uso de máquinas modernas de alto rendimento, à medida que os produtores rurais vão se capitalizando cada vez mais vai havendo substituição de mão de obra por máquinas na agricultura. Daí o porquê de algumas AMCs apresentarem altos volumes de produção e aparecerem como não especializadas na agropecuária ($QL < 1$), como mostra a Figura 2.

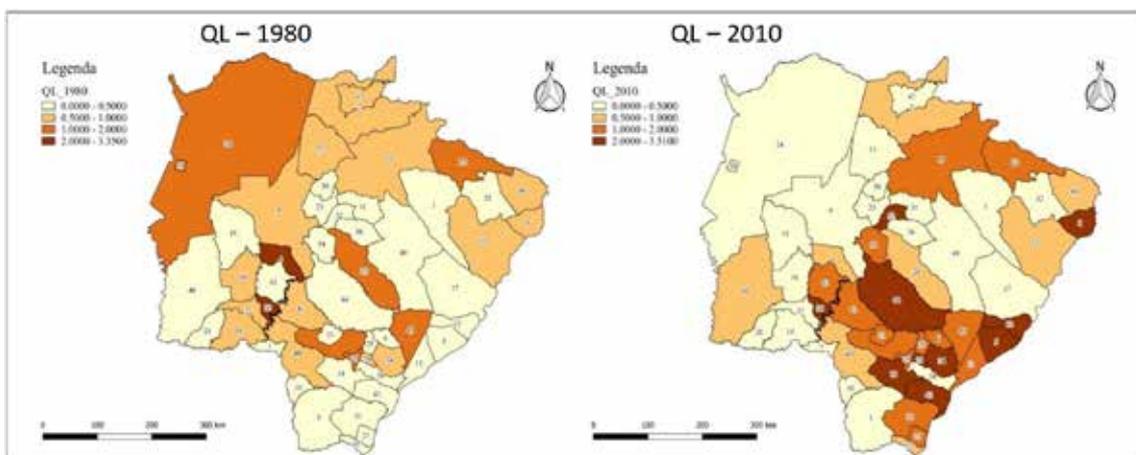
Diferentemente do setor primário, em que houve uma especialização mais generalizada das atividades produtivas, o setor secundário apresentou um perfil espacial mais concentrado geograficamente, principalmente no que se refere às atividades da indústria de transformação. Trata-se de um setor produtivo que, tradicionalmente, aloca pouca mão de obra na economia sul-mato-grossense. Em 1980 esse setor representava apenas 17,6% das 495.767 alocações geradas no Estado como um todo. Esse percentual pouco alterou-se em 2010, passando para 19,2% das alocações totais do MS, que somavam 1.180.488 ocupações (IBGE, 2022).

De maneira geral, as ocupações no setor secundário aumentaram de 1980 a 2010. De um total de 87.289 ocupações em 1980, passou para 227.292 em 2010, significando um aumento de 160,39%. Entre as atividades que mais contribuíram para esse incremento estão as ligadas

aos subsetores de construção civil, que passou de 41.278 ocupações em 1980, para 96.027 em 2010, com crescimento de 132%; alimentos e bebidas, que passou de 7.284 para 40.171, com expansão de 451%; e a indústria têxtil, cujo número de ocupações aumentou de 607 para 21.147, com variação de 3.383% no período. As atividades do subsetor de madeira e mobiliário foram as que apresentaram as reduções mais significativas, passando de 20.776 ocupações em 1980, para 10.839 em 2010, representando uma queda de 47,82% (IBGE, 2022).

No caso do subsetor de alimentos e bebidas (Figura 3), eram 9 AMCs com QL>1 em 1980, sendo apenas duas com QL acima de 2. Já em 2010 o número de AMCs com QL>1 aumentou para 24, sendo 10 com QL acima de 2. No decorrer do período 1980-2010, porém, observou-se uma reorganização espacial das atividades ligadas a esse subsetor, em que a maioria das AMCs situadas nos corredores por onde passam as BRs 163 e 267, as quais ligam a mesorregião Centro Norte, a parte Sul da mesorregião Leste e a mesorregião Sudoeste de Mato Grosso do Sul aos grandes centros consumidores do Sudeste e Sul do país, passaram a apresentar Qls mais elevados. É importante destacar que a infraestrutura local é um fator determinante para a localização das atividades produtivas e, nesse caso, o Estado desempenha um papel fundamental na adequação do local para os investimentos produtivos (Ribeiro da Silva, 2016).

Figura 3 – QL do subsetor de alimentos e bebidas, por AMC do MS – 1980/2010



Fonte: Resultados da pesquisa (2022).

Em 1980 as AMCs de Campo Grande, Douradina, Corumbá, Anastácio e Selvíria eram as principais alocadoras de mão de obra do subsetor de alimentos e bebidas, representando, juntas, 67,2% das ocupações. Com a reorganização espacial das atividades do subsetor ocorrida no período, porém, essas mesmas AMCs perderam participação, passando a representar apenas 41,9% da mão de obra ocupada em 2010 (IBGE, 2022). Neste mesmo ano, no entanto, outras AMCs, como Anaurilândia, Aparecida do Taboado, Bataguassu, Caarapó, Glória de Dourados, Guia Lopes da Laguna, Ivinhema, Naviraí, Nova Alvorada do Sul e Rochedo, a maioria situada nas mesorregiões supracitadas, apresentaram-se como as mais especializadas no referido subsetor, todas com QL acima de 2, como pode ser observado na Figura 3.

As atividades com o maior número de ocupações no subsetor em 1980 eram as relacionadas à indústria de produtos alimentícios, cuja participação era de 87,9% do total do subsetor. Em 2010 percebe-se que as atividades dessa indústria se expandiram no Estado, no entanto

apenas as de abate e fabricação de carne e pescado e fabricação e refino de açúcar passaram a representar 56,1% das ocupações do subsetor (IBGE, 2022). Como essas atividades industriais começaram a fazer parte da base econômica do MS, juntamente com as da produção agropecuária, que, segundo Paiva (2013), quando o QL assume valor maior que 2 significa que estas produzem excedentes para exportação, explica-se o fato de as AMCs situadas nos corredores de transporte começarem a ganhar importância em termos de ocupações.

Para Oliveira *et al.* (2018) e Alves (2022), quando uma dada atividade econômica emprega mais mão de obra significa estar havendo concentração produtiva naquele setor, com consequente especialização regional. Nesse caso, quando a especialização passa a ocorrer em várias atividades produtivas, quer dizer que a base econômica da região está se diversificando. Dessa forma, tem-se como resultado uma tendência de concentração do emprego e da renda naquela região, com consequente melhoria das condições de vida de sua população.

Esse desempenho positivo das AMCs situadas nesses corredores é reflexo de melhorias na infraestrutura rodoviária realizadas no Estado, que, além de promover uma maior integração entre as regiões, facilita o escoamento da produção dessas regiões para os principais centros consumidores do país. Além disso, a especialização produtiva do subsetor de alimentos e bebidas nessas AMCs é decorrente: a) da localização geográfica da cultura da cana-de-açúcar, cuja produção passou a se concentrar nessas regiões, expandindo a fabricação e refino de açúcar nas usinas; e b) das atividades de abate e fabricação de produtos de carne e pescado, as quais também aumentaram sua participação nas referidas AMCs no período estudado (IBGE, 2022).

Em relação ao subsetor da indústria têxtil, este teve seu contingente de mão de obra ocupada expandido 34,8 vezes no período estudado, passando de 607 ocupações em 1980 para 21.147 em 2010, transformando-se no terceiro subsetor mais importante do setor secundário estadual em termos de ocupações (IBGE, 2022). Em 1980 eram 11 AMCs com $QL > 1$ na indústria têxtil, com Antônio João, Naviraí e Nova Andradina sendo as únicas a apresentarem $QL > 2$. Já em 2010 foram 14 AMCs com $QL > 1$, com apenas Aparecida do Taboado, Japorã e Selvíria apresentando $QL > 2$, conforme mostra a Figura 4.

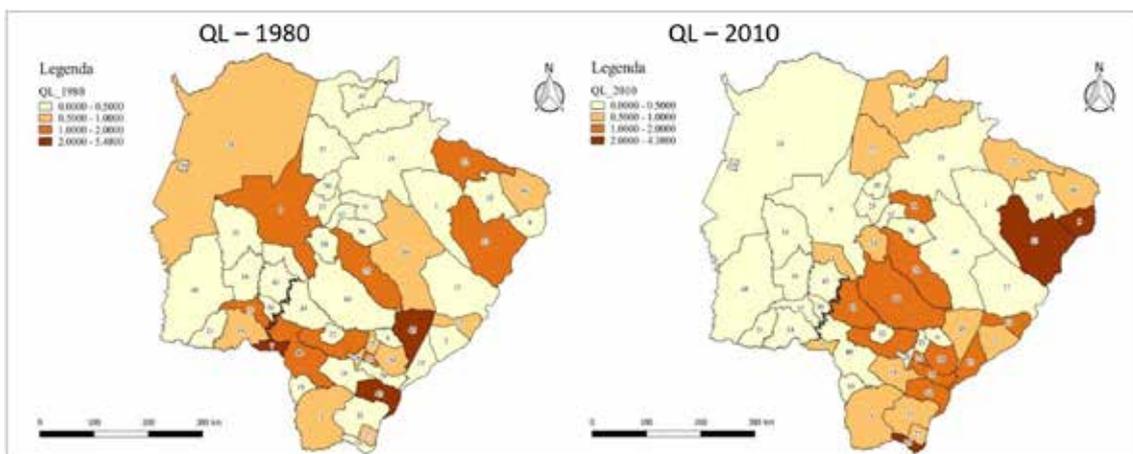
Em 1980 os maiores contingentes de mão de obra ocupada na indústria têxtil foram registrados nas AMCs de Campo Grande, Douradina e Naviraí, as quais participavam, juntas, com 57,5% das ocupações dessa indústria, com as duas primeiras situadas em regiões que mais tarde se transformariam em polos industriais do Estado de Mato Grosso do Sul. No referido ano a mão de obra ocupada nesse subsetor estava distribuída nos seguintes segmentos industriais: indústrias têxteis, indústrias domiciliares têxteis e indústrias do vestuário, com as atividades ligadas ao primeiro segmento, concentrando 50% das ocupações (IBGE, 2022).

Em 2010 as AMCs com o maior número de ocupações na indústria têxtil foram: Campo Grande, Selvíria, Douradina e Nova Alvorada do Sul, com 61,8% das ocupações do subsetor, com todas essas AMCs localizadas em regiões que já eram polos industriais do MS. Neste mesmo ano as atividades de confecção de artigos do vestuário e acessórios foram as que mais alocaram mão de obra, com 52,5% das ocupações do subsetor (IBGE, 2022). A mesorregião Sudoeste de Mato Grosso do Sul foi a que concentrou o maior número de AMCs, com QL acima de 1 em 2010 (Figura 4). Essas aglomerações espaciais das atividades produtivas são, segundo Alves (2016), resultado da crescente especialização e complementariedade impulsionadas pela próspera

industrialização de um espaço econômico. Daí o porquê de grande parte das atividades da indústria têxtil se aglomerarem e se desenvolverem nesses polos.

Percebe-se, entretanto, que estão concentrados, juntamente com a indústria têxtil, outros subsetores, como é o caso da indústria química, alimentos e bebidas, parte da indústria mecânica, entre outros, que também estão estabelecidos nos corredores formados pelas BRs 163 e 267 que integram o MS às Regiões Sudeste e Sul do país. Para Piffer (2009), sempre que houver atividades básicas voltadas para a demanda externa inter-regional, ou seja, para exportação, outras atividades não básicas (para consumo interno regional) se desenvolverão, como é o caso das atividades urbanas, principalmente as do setor secundário e terciário. Consequentemente, haverá mais pessoas ocupadas, mais renda e mais crescimento econômico naquela região.

Figura 4 – QL do subsetor da indústria têxtil, por AMC do MS – 1980/2010



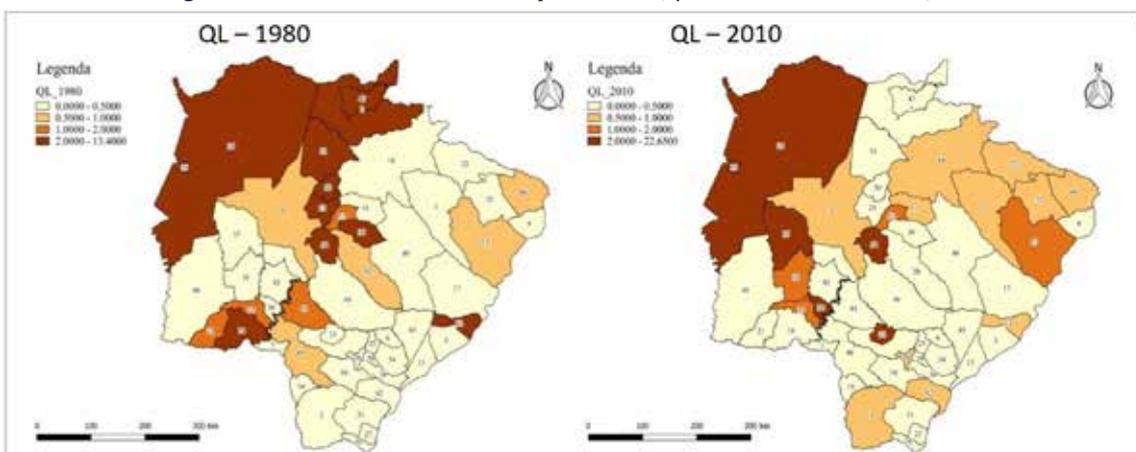
Fonte: Resultados da pesquisa (2022).

Outro subsetor da economia sul-mato-grossense que se destaca pela sua relevância econômica e concentração espacial da produção é o de extração mineral. Pela Figura 5 percebe-se que as atividades de extração mineral estão distribuídas em poucas AMCs das mesoregiões geográficas dos Pantanaís Sul-Mato-Grossense, Centro-Norte e Sudoeste de Mato Grosso do Sul, porém concentradas principalmente na parte Oeste do Estado. Em 1980 eram 15 AMCs com $QL > 1$, com o maior registrado na AMC de Ladário (13,35). Em 2010 apenas 10 AMCs registraram $QL > 1$, com o maior registrado novamente na AMC de Ladário (Oeste do Estado), cujo quociente locacional foi de 22,64. Esse QL significativo indica a existência de forte especialização regional das atividades de extração mineral no MS (Oliveira *et al.*, 2018; Alves, 2022).

As AMCs de Corumbá e Ladário são as principais produtoras de bens minerais do Mato Grosso do Sul, as quais se destacam na extração de minério de ferro e manganês, onde estão instaladas empresas mineradoras como: Mineração Corumbaense Reunida S.A., MMX Corumbá Mineração S.A. (em recuperação judicial), Vetorial Mineração S.A., entre outras. Essas AMCs são responsáveis por expressiva parcela das exportações de minério do Estado, sendo, também, as que recolhem os maiores quantitativos de Compensação Financeira da Exploração de Recursos Naturais (CFEM) do MS (Mato Grosso do Sul, 2020).

Outra importante região produtora de minério do Estado é a Serra da Bodoquena, especialmente as AMCs de Jardim, Bonito e Bodoquena, em virtude das importantes reservas de calcário dolomítico e calcítico, fosfato e mármore. A estes minerais somam-se ainda: a extração de água mineral, folhelho⁴ e filito⁵, utilizados na indústria de cimento; brita, areia, cascalho e basalto, usados na construção civil; e argila, utilizada na indústria cerâmica (Mato Grosso do Sul, 2020). As atividades de extração mineral são bastante concentradas no MS, principalmente nas AMCs localizadas no Pantanal sul-mato-grossense e na Serra da Bodoquena, onde estão instaladas as principais empresas mineradoras (Mato Grosso do Sul, 2020). Tal nível de concentração é decorrente da localização geográfica das jazidas minerais, para onde são deslocados os investimentos e demais fatores de produção necessários para sua exploração.

Figura 5 – QL do subsetor de extração mineral, por AMC do MS – 1980/2010



Fonte: Resultados da pesquisa (2022)

Quanto ao setor terciário, este abriga o maior contingente de mão de obra ocupada do Estado do Mato Grosso do Sul. Essa maior participação do setor em relação aos demais deve-se, principalmente, ao crescimento das cidades, que, ao aumentar o seu espaço urbano, passaram a atrair um maior volume de investimentos, melhorando a dinâmica produtiva de suas economias. Em 1980 não havia cidades muito representativas no MS e o nível de centralidade era baixo. Já em 2010 a hierarquia urbana mudou, com algumas cidades passando a exercer uma maior centralidade sobre as demais cidades de seu entorno, com destaque para Campo Grande (AMC

⁴ Rocha sedimentar laminada de granulação fina, na qual as superfícies de acamamento são de fácil separação, ou seja, tendência de dividir em folhas.

⁵ Rocha metassedimentar muito fina, constituída basicamente de sericita, caulinita e quartzo. Origina-se, em geral, de material argiloso.

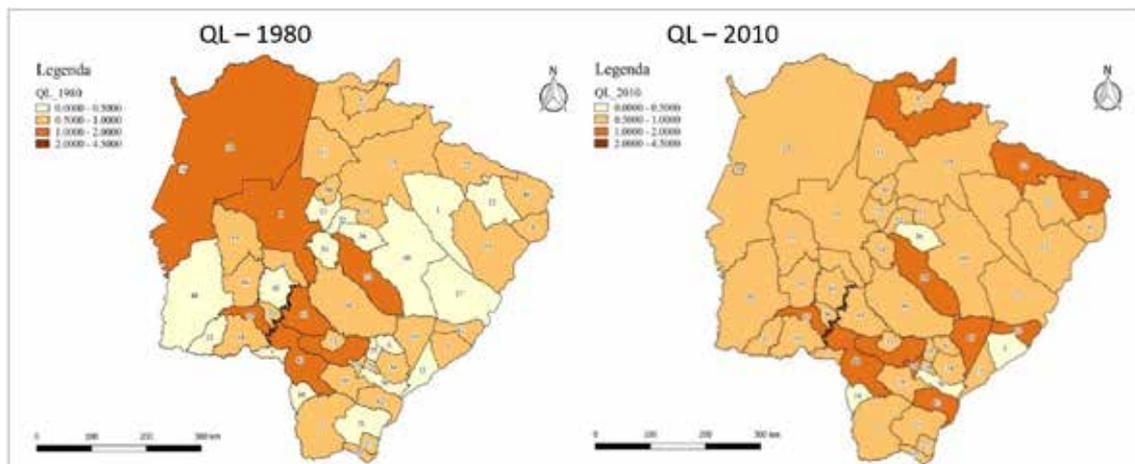
de Campo Grande) e Dourados (AMC de Douradina), onde o nível de centralidade passou a ser mais significativo.

Essa mudança na hierarquia das cidades fez com que a participação do setor terciário nas ocupações da economia sul-mato-grossense, que era de 44,6% em 1980, passasse para 60,98% em 2010. De um total de 221.161 pessoas ocupadas em 1980, passou para 719.890 em 2010, representando um aumento de 225,5% no período (IBGE, 2022). Para Monteiro Neto, Silva e Severian (2019), um dado centro urbano exerce poder de atratividade sobre atividades econômicas na proporção do tamanho de sua população. Assim, quanto maior for sua população, mais robusto e mais diversificado tende a ser o seu setor terciário, o que explica o aumento das ocupações.

Em 1980 eram 7 AMCs com $QL > 1$ no subsetor de comércio atacadista e varejista, passando para 11 em 2010. Em 1980 o maior QL desse subsetor foi registrado na AMC de Campo Grande (1,51), enquanto em 2010 o maior foi registrado na AMC de Nova Andradina (1,33). Pela Figura 6 percebe-se ter havido uma distribuição mais homogênea das ocupações a partir de 2000, pois, mesmo naquelas AMCs em que os QLs ficaram acima de um, estes não foram muito além da unidade, ou seja, não houve especialização regional muito significativa.

As atividades com o maior número de ocupações no subsetor de comércio atacadista e varejista em 1980 eram: comércio de gêneros alimentícios, bebidas e estimulantes; serviços de reparação e manutenção de veículos automotores; comércio de tecidos, artefatos de tecidos e artigos do vestuário; e comércio ambulante. Essas atividades somavam um total de 31.951 pessoas ocupadas em 1980, representando 52,8% do total do subsetor, com apenas a AMC de Campo Grande concentrando 29,5% dessas ocupações e 34,8% do total geral do subsetor no referido ano (IBGE, 2022).

Figura 6 – QL do subsetor de comércio atacadista e varejista, por AMC do MS – 1980/2010



Fonte: Resultados da pesquisa (2022).

Já em 2010 as atividades com o maior número de ocupações no subsetor de comércio atacadista e varejista foram: comércio de produtos alimentícios e bebidas em geral; manutenção e reparação de veículos automotores; comércio de artigos do vestuário, calçados e artigos de viagem; comércio de madeira, material de construção, ferragens e ferramentas; comércio de produtos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, odontológicos e de cosméticos e perfumarias; supermercado e hipermercado; e comércio ambulante e feiras. Essas atividades foram respon-

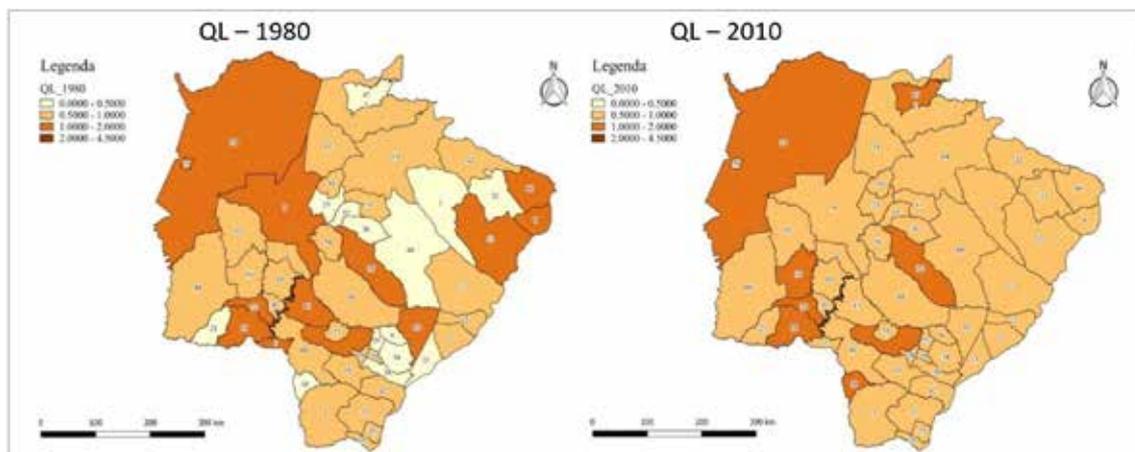
sáveis por cerca de 60,7% das ocupações do subsetor no Estado em 2010, com a AMC de Campo Grande concentrando 39% das ocupações totais do subsetor (IBGE, 2022).

O fato de Campo Grande apresentar esse elevado percentual de mão de obra ocupada no subsetor de comércio atacadista e varejista, justifica-se pelo fato de esta AMC concentrar cerca de 32% da população estadual, sendo 98,6% na área urbana (Ipeadata, 2022). A cidade de Campo Grande, que também é a capital do Estado, tem sido o principal destino do fluxo migratório no Mato Grosso do Sul desde 1980, para onde tem se deslocado quase um terço da população que se instala no Estado (Corrêa *et al.*, 2018), o que contribui para uma maior concentração populacional na referida AMC, expandindo o mercado atacadista e varejista local.

Quanto ao subsetor de alojamento e comunicações (Figura 7), segundo no ranking de ocupações do setor terciário, este apresentou 13 AMCs com $QL > 1$ em 1980. As atividades com o maior número de ocupações nesse subsetor eram: serviços domésticos remunerados; serviços de alimentação; serviços de confecção sob medida e reparação de artigos do vestuário; e serviços de conservação de artigos do vestuário e de outros artigos. Essas atividades detinham cerca de 77% da mão de obra ocupada desse subsetor, com destaque para os serviços domésticos remunerados, que alocavam a metade das ocupações do subsetor, 34.420 no total (IBGE, 2022).

Em 2010 o número de AMCs com $QL > 1$ caiu para 8. As atividades com o maior número de ocupações no subsetor, porém, passaram a ser: serviços domésticos; restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas; e cabeleireiros e outras atividades de tratamento de beleza, as quais detinham 74% das ocupações do subsetor. Os serviços domésticos, com 92.749 pessoas ocupadas, ou seja, quase 53% do total do subsetor, mantiveram a posição de grande alocador de mão de obra no referido ano (IBGE, 2022).

Figura 7 – QL do subsetor de alojamento e comunicações, por AMC do MS – 1980/2010



Fonte: Resultados da pesquisa (2022).

As AMCs de Campo Grande, Corumbá, Douradina e Jardim foram as únicas que mantiveram seus QIs acima de um no subsetor de alojamento e comunicações nos anos analisados. Em 2010 esses serviços representaram, para as referidas AMCs, 70%, 75%, 75% e 82% das ocupações do subsetor, respectivamente (IBGE, 2022). Um fator que ajuda explicar a relevância desse subsetor para essas economias, por aumentar a demanda por tais serviços, é a

proporção da população urbana em relação à população total, que foi superior a 90% nas AMCs de Corumbá, Douradina e Jardim, e superior a 98% na de Campo Grande (Ipeadata, 2022). O fato de os ramos de serviços tenderem a se localizar nas economias mais diversificadas, cujos contextos econômicos, políticos, sociais, culturais e de infraestrutura são mais favoráveis, ajuda explicar o porquê da maior presença dessas atividades nas referidas AMCs (Alves, 2005, 2022).

É importante observar, entretanto, que o número de AMCs com $QL > 1$ no subsetor de alojamento e comunicações caiu no período analisado, enquanto as com quociente alterado para cima aumentaram, principalmente as que detinham índice inferior a 0,5 (Figura 7). Como, porém, as variações nos QIs foram pequenas, as mudanças no padrão locacional das atividades ligadas a esse subsetor não foram significativas, mas serviram para tornar sua distribuição mais homogênea no território sul-mato-grossense em 2010.

Já o subsetor de administração pública (Figura 8), terceiro colocado no ranking de ocupações do setor terciário, aloca 12,57% da mão de obra ocupada nesse setor em 1980, com 12 AMCs com $QL > 1$, com a AMC de Ladário apresentando o maior QL (3,98) e Brasilândia o menor (0,17). As atividades com o maior número de ocupações eram defesa, com 7.843, serviços administrativos municipais, com 6.388, e serviços administrativos estaduais, com 4.439 ocupações, com a AMC de Campo Grande concentrando 39,98% das ocupações do subsetor (IBGE, 2022). O fato de Campo Grande ser também a capital do Estado, explica a grande concentração de pessoas ocupadas na administração pública, uma vez que lá operam as atividades administrativas ligadas à Prefeitura de Campo Grande e ao governo do MS.

Em 2010 a administração pública representou 12,52% das ocupações do setor terciário, com 23 AMCs apresentando $QL > 1$ e 31 $QL < 1$, porém nenhuma com $QL < 0,5$, o que indica ter havido uma maior especialização das atividades do subsetor de administração pública no período, principalmente a partir de 2010, como mostra a Figura 8. A AMC de Ladário apresentou o maior QL (2,67) e a de Ivinhema o menor (0,52). As atividades com o maior número de pessoas ocupadas foram: serviços administrativos municipais, defesa e serviços administrativos estaduais, com 31.586, 14.516 e 8.346 ocupações, respectivamente, com a AMC de Campo Grande concentrando 38,81% das ocupações do subsetor (IBGE, 2022).

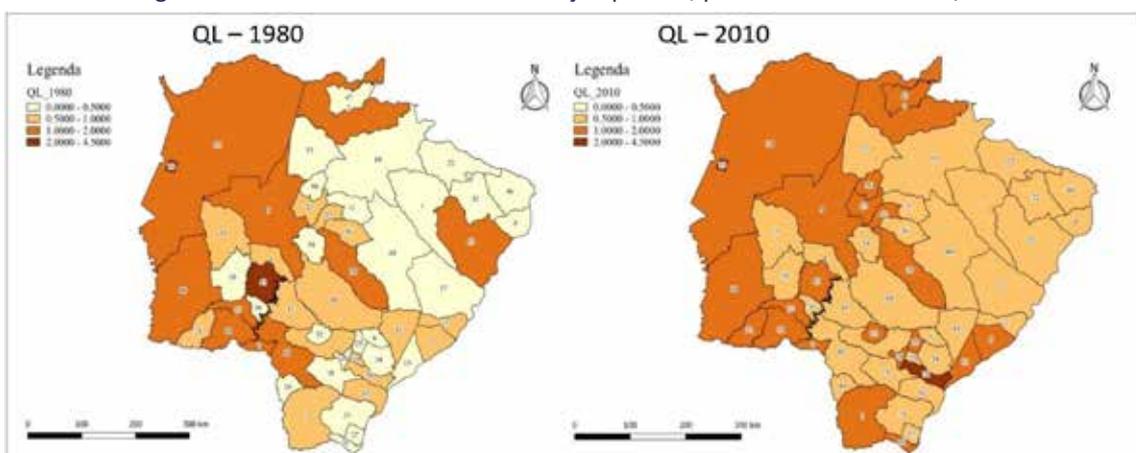
Essa maior especialização das atividades ligadas à administração pública deve-se, principalmente, ao aumento do número de municípios no Estado, o qual passou de 55 em 1980 para 78 em 2010, o que fez com que as demandas por serviços públicos e a geração de ocupações nesse subsetor fossem aumentando ao longo do tempo, levando a uma maior dispersão geográfica dessas ocupações no período estudado. Apesar, porém, de ter havido especialização em um maior número de AMCs nesse subsetor em 2010, na comparação com 1980 não ocorreu uma especialização muito significativa das mesmas, ao contrário do que aconteceu com a agropecuária e alguns subsetores ligados à indústria.

Pela Figura 8 percebe-se que a maioria das AMCs situadas na região de fronteira com o Paraguai e Bolívia mantiveram-se especializadas nas atividades de administração pública em todo o período analisado, o que se justifica pela maior presença de militares, principalmente do exército nessas áreas. Souza, Alves e Piffer (2014) ressaltam que é função da gestão pública dos governos municipais, estaduais e federal ampliar as políticas sociais nas áreas mais pobres dos territórios, como forma de garantir emprego e renda para a população. Este é o caso das

AMCs localizadas na faixa de fronteira do MS e daquelas especializadas em atividades pouco dinâmicas, especialmente do setor primário.

Além dos subsetores citados, outros que servem de apoio às atividades econômicas, como ensino, transporte e comunicações, e instituições financeiras, tiveram, juntos, suas alocações expandidas em 172% de 1980 a 2010, com as atividades de ensino apresentando a maior taxa de crescimento no período (281%). Em 1980 apenas a AMC de Campo Grande concentrava aproximadamente 33% das ocupações dos referidos subsetores, percentual que passou para cerca de 39% em 2010. Quando, porém, se inclui os subsetores de administração técnica profissional e médico, odontológico e veterinário, a participação da AMC de Campo Grande nessas ocupações passa de 36% em 1980 para 44,5% em 2010, indicando uma concentração espacial ainda maior das atividades ligadas a esses subsetores no Estado.

Figura 8 – QL do subsetor de administração pública, por AMC do MS – 1980/2010



Fonte: Resultados da pesquisa (2022).

Essa expressiva participação da AMC de Campo Grande no número de ocupações do setor terciário explica-se pela centralidade que a cidade de Campo Grande exerce sobre a região de seu entorno, oferecendo bens e serviços que não são encontrados nas cidades menores (Christaller, 1966). O fato de Campo Grande oferecer bens e serviços diferenciados, como serviços de aeroporto (Aeroporto Internacional de Campo Grande), serviços hospitalares com especializações diferentes das oferecidas pelas cidades vizinhas, serviços de consultorias especializadas (jurídicos, contábeis, etc.), serviços especializados de apoio ao setor produtivo, além de concentrar atividades ligadas à cultura, ensino, turismo, meios de comunicações, entre outros, faz com que a cidade exerça uma centralidade alta sobre as demais, implicando maior atração de população para si e, por isso, passou a ser detentora de um setor terciário mais dinâmico e robusto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo objetivou analisar a localização, especialização e concentração das atividades produtivas no Estado do Mato Grosso do Sul entre 1980 e 2010. Utilizou-se a regionalização de Áreas Mínimas Comparáveis (AMCs) para que fosse possível realizar comparações espaciais intertemporais. O indicador utilizado na análise foi o Quociente Locacional (QL) e a variável básica utilizada foi a mão de obra ocupada por subsetor de atividade econômica.

Os resultados mostram que as atividades agropecuárias foram as mais difundidas espacialmente no MS no período estudado, com as AMCs de Campo Grande, Corumbá, Douradina e Selvíria apresentando as estruturas produtivas mais diversificadas e, conseqüentemente, concentrando o maior número de atividades econômicas em seus espaços econômicos. Essas AMCs também apresentaram o maior número de subsetores especializados ($QL > 1$) em 1980.

Ao longo do tempo, todavia, a economia corumbaense foi perdendo dinamismo econômico, posto que em 2010 as AMCs com o maior número de subsetores com $QL > 1$ foram: Aparecida do Taboado, Campo Grande, Douradina e Selvíria. Vale destacar que em todos os anos analisados as AMCs com o maior número de subsetores especializados, ou seja, com estruturas produtivas mais diversificadas, foram as situadas nas regiões dos polos industriais.

A presença mais intensa do setor industrial nessas regiões dinamizou outros ramos de atividade econômica, principalmente os vinculados aos segmentos de comércio e serviços, tornando os focos de concentração produtiva pouco dispersos no MS. Vale lembrar, entretanto, que as políticas industriais adotadas para melhorar o desempenho do setor favoreceram as regiões com perfil mais industrial, principalmente no que se refere à indústria de transformação de produtos de origem agropecuária, com destaque para a cadeia de processamento e exportação de frigoríficos.

Por outro lado, as regiões que abrigam os setores com pouco dinamismo econômico, como é o caso das áreas mais rurais, onde a presença da indústria é mais restrita, têm enfrentado dificuldades para reter os poucos fatores de produção que detêm, por conta da forte atração exercida pelos polos industriais. Como consequência, estas regiões não conseguiram alterar o estado de fragilidade econômica em que se encontravam no início do período em análise, por atuarem apenas como meras fornecedoras de matérias-primas para as regiões mais industrializadas.

Para essas regiões sugere-se que sejam criados planos e programas de desenvolvimento que foquem nos recursos endógenos a esses territórios, ou seja, que priorizem os sistemas produtivos que utilizam os fatores de produção disponíveis no interior dessas regiões. Desta forma, estarão sendo criadas as condições para amenizar o estado de fragilidade econômica dessas áreas, melhorando seus perfis socioeconômicos. O incentivo à economia criativa, à pesca esportiva, ao turismo regional, entre outros, são exemplos de segmentos que podem ser explorados localmente.

Como limitação do estudo, destaca-se a dificuldade para quantificar a mão de obra ocupada por subsetor de atividade econômica por meio de dados censitários (defasagem de dez anos), o que impede a estimação do QL para períodos mais curtos. Tal limitação acaba dificultando a formulação de planos e programas de desenvolvimento para o MS, para os quais são necessários indicadores mais atualizados para a definição das estratégias de ataque às desigualdades regionais causadas pela concentração produtiva e reorganização do espaço econômico.

Como sugestão para estudos futuros, espera-se que novas pesquisas sejam realizadas com o intuito de identificar os fatores que levam à concentração produtiva, assim como os fatores que conduzem à especialização regional, principalmente em atividades ligadas ao setor primário. É importante, também, que novos estudos sejam desenvolvidos no sentido de identificar as potencialidades endógenas das regiões com maior fragilidade econômica e que não estão sendo exploradas adequadamente, para que os planos e programas de desenvolvimento regional sejam mais eficazes.

REFERÊNCIAS

- ABREU, S. *Planejamento governamental: a SUDECO no espaço Mato-Grossense: contextos, propósitos e contradições*. 2001. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.
- ALVES, L. R. Especialização e estrutura produtiva na análise regional do estado do Paraná. *Informe Gepec*, Toledo, v. 26, n. 2, p. 9-29, 2022.
- ALVES, L. R. Indicadores de localização, especialização e reestruturação regional. In: PIACENTI, C. A.; FERRERA DE LIMA, J. (org.). *Análise Regional: metodologias e indicadores*. Curitiba: Camões, 2012.
- ALVES, L. R. Região, urbanização e polarização. In: PIACENTI, C. A.; FERRERA DE LIMA, J.; EBERHARDT, P. H. C. (org.). *Economia & Desenvolvimento Regional*. Foz do Iguaçu: Parque Itaipu, 2016.
- ALVES, L. R. *Urbanização e polarização das microrregiões paranaenses: 1970/2000*. 2005. Monografia (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2005.
- CAVALCANTI, F. L. *Classe criativa, capital humano e dinamismo urbano no Brasil: uma análise empírica*. 2013. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.
- CHRISTALLER, W. *Central places in Southern Germany*. New Jersey: Prentice Hall, 1966.
- COELHO JUNIOR, L. M.; SANTOS JÚNIOR, E. P.; BORGES, L. A. C.; SILVA, M. L. Especialização e localização do valor bruto da produção dos produtos madeireiros nativos nas microrregiões da Paraíba (1994-2017). *Ciência Florestal*, Santa Maria, v. 30, n. 1, p. 192-204, 2020.
- CORRÊA, A. S.; MONTEIRO, M. A.; RIPPEL, R.; RODRIGUES, E. A. G. Fluxos migratórios no Estado de Mato Grosso do Sul (1970-2010). *Interações*, Campo Grande, v. 19, n. 2, p. 325-341, 2018.
- DUARTE, V. N. *Diversificação produtiva e desenvolvimento regional: o caso de Mato Grosso do Sul*. 2022. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2022.
- FERRERA DE LIMA, J.; ALVES, L. R.; PIFFER, M.; PIACENTI, C. A. O padrão de localização e de difusão da mão de obra na Região Sul do Brasil (1991-00). *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 28, n. 1, p. 189-224, 2007.
- GOMES, T. N.; LAMOSO, L. P. A industrialização de Mato Grosso do Sul é influenciada pela condição de estado fronteiriço? In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL AMÉRICA PLATINA (SIAP), 6., COLÓQUIO UNBRAL DE ESTUDOS FRONTEIRIÇOS, 1., 2016, Campo Grande *Anais [...]*. Campo Grande: Uems, 2016.
- HADDAD, P. R. Capitais intangíveis e desenvolvimento regional. *Revista de Economia*, Curitiba, v. 35, n. 3, p. 119-146, 2009.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censos demográficos de 1980, 1991, 2000 e 2010*. Disponível em: <https://ftp.ibge.gov.br>. Acesso em: 23 fev. 2022.
- IPEADATA. *Base de dados regionais: população*. 2022. Disponível em: <http://ipeadata.gov.br>. Acesso em: 20 jan. 2022.
- MATO GROSSO DO SUL. *Base de dados do Estado – BDE*. Disponível em: <http://bdeweb.semade.ms.gov.br/bdeweb/>. Acesso em: 6 fev. 2022.
- MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico (SEMAD). *Diagnóstico socioeconômico de Mato Grosso do Sul – 2015*. Disponível em: <https://docplayer.com.br/18825471-Diagnostico-socioeconomico-de-mato-grosso-do-sul-2015.html>. Acesso em: 20 mar. 2022.
- MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar (SEMAGRO). *Relatório da Mineração em Mato Grosso do Sul*. 2020. Disponível em: https://www.semagro.ms.gov.br/wp-content/uploads/2020/09/Relatorio_CFEM_2020_Setembro.pdf. Acesso em: 13 mar. 2022.
- MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar (SEMAGRO). *Indústria e Comércio: Política Industrial do Estado de Mato Grosso do Sul*. Decreto nº 14.090, de 27 de novembro de 2014. Disponível em: <http://www.semagro.ms.gov.br/industria-e-comercio/>. Acesso em: 5 jun. 2022.
- MONTEIRO NETO, A.; SILVA, R. O.; SEVERIAN, D. *Perfil e dinâmica das desigualdades regionais do Brasil em territórios industriais relevantes*. Brasília: Ipea, 2019 (Texto para Discussão, n. 2511).
- OLIVEIRA, N. M. Revisitando algumas teorias do desenvolvimento regional. *Informe Gepec*, Toledo, v. 25, n. 1, p. 203-219, 2021.
- OLIVEIRA, N. M.; MEDEIROS, A. L.; SILVEIRA NETO, G. C., LOPES, E. R. Localização dos setores produtivos na geoeconomia da microrregião do Rio Formoso, TO. *Revista do Desenvolvimento Regional – Faccat*, Taquara, v. 15, n. 2, p. 213-232, 2018.

- PAIVA, C. A. N. *Fundamentos da análise e do planejamento de economias regionais*. Foz do Iguaçu: Parque Itaipu, 2013.
- PERROUX, F. Note sur la notion de Pôle de Croissance. *Économie Appliquée*, v. 7, p. 307-320, 1955.
- PIFFER, M. *A teoria da base econômica e o desenvolvimento regional do estado do Paraná no final do século XX*. 2009. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2009.
- REIS, E. J.; PIMENTAL, M.; ALVARENGA, A. I.; SANTOS, M. C. H. Áreas mínimas comparáveis para os períodos intercensitários de 1872 a 2000. In: I SIMPÓSIO BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA, 1., 2011, Paraty. *Anais [...]*. Paraty, 2011.
- RIBEIRO DA SILVA, C. H. *Política industrial brasileira e a industrialização de Mato Grosso do Sul no século XXI*. 2016. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2016.
- RIPPEL, R. *Migração e desenvolvimento econômico no Oeste do Estado do Paraná: uma análise de 1950 a 2000*. 2005. Tese (Doutorado em Demografia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.
- RIPPEL, R. Toledo no Paraná: 75 anos de transformações econômicas e demográficas – 1946-2021. *Informe Gepec*, Toledo, v. 26, n. 3, p. 81-101, ed. especial, 2022.
- SANTOS, K. F.; MISSIO, F. J. Políticas públicas de desenvolvimento regional em Mato Grosso do Sul. *Nova Economia*, Belo Horizonte, v. 30, n. 3, p. 921-950, 2020.
- SOUZA, C. C. G.; ALVES, L. R.; PIFFER, M. Reestruturação produtiva das mesorregiões do Brasil entre 1985 e 2010. *Desenvolvimento Regional em debate*, Canoinhas, v. 4, n. 1, p. 110-131, 2014.
- TERRA, A. A modernização agropecuária de Mato Grosso do Sul: 1970-1985. In: II ENCONTRO DE GRUPOS DE PESQUISA – AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS, 2., 2006, Uberlândia. *Anais [...]*. Uberlândia, MG, 2006.
- VIEIRA, R. M. *A dinâmica do mercado de trabalho formal no estado de Mato Grosso do Sul – MS, no período de 1990 a 2010: uma aplicação do método estrutural-diferencial*. 2012. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.
- VIEIRA FILHO, J. E. R. Transformação histórica e padrões tecnológicos da agricultura brasileira. In: BUAINAIN, A. M.; ALVES, E.; SILVEIRA, J. M.; NAVARRO, Z. *O mundo rural no Brasil do século XXI: a formação de um novo padrão agrário e agrícola*. Brasília: Embrapa, 2014.
- VIEIRA FILHO, J. E. R.; FISHLOW, A. *Agricultura e indústria no Brasil: inovação e competitividade*. Brasília: Ipea, 2017.
- ZAMBERLAN, C. O.; NOGUERÓL, L. P. F.; SONAGLIO, C. M.; ZAMBERLAN, J. F. Análise da industrialização sul-mato-grossense em face da industrialização brasileira. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, Taubaté, v. 6, n. 3, p. 114-135, 2010.

Financiamento:

O presente estudo foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (Capes) – Código de Financiamento 001.

Uma versão preliminar deste trabalho foi apresentada no VI Sedres, realizado de 6 a 8 de dezembro de 2022 em Crato – CE, Brasil.

Autor correspondente:

Vilmar Nogueira Duarte
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.
Av. Brasil, 836 - Granja. CEP 79905-300
Ponta Porã/MS, Brasil
E-mail: vilmareconomics@gmail.com

Todo conteúdo da Revista Desenvolvimento em
Questão está sob Licença Creative Commons CC – By 4.0.